



**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA  
(TAC) QUE A EMPRESA AREAL MIX  
LTDA. - ME FIRMA PERANTE O ESTADO  
DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (SEMAD), NESTE ATO  
REPRESENTADA PELA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE  
MEIO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO –  
SUPRAM/LM.**

**Protocolo: 103850/2020**

**Fundamentação do Ato:**

CONSIDERANDO as razões consubstanciadas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo empreendimento AREAL MIX ME junto ao Estado de Minas Gerais, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO – SUPRAM/LM, em 01/03/2019, registrado no Cartório de Notas da Comarca de Ferros/MG, protocolo 2908, registro 1927, livro 10-B, página 174;

CONSIDERANDO que o segundo as informações contidas no Formulário de Orientação Básica-FOB nº 0694641/2018 a atividade de extração de areia, nas condições desenvolvidas pelo empreendimento é enquadrada como classe 3, sem incidência de critério locacional, portanto, passível de Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS). Os empreendimentos enquadrados na referida modalidade de licenciamento têm os processos administrativos para obtenção de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA e Outorga de direito de uso dos recursos hídricos, analisados de forma desvinculada dos processos de licenciamento ambiental.

CONSIDERANDO que no caso em tela o empreendedor formalizou o processo administrativo 09030000374/18, para obtenção de DAIA e o processo 5725/2018 para a obtenção de outorga. Tais processos ainda não tiveram suas análises concluídas nas unidades competentes, portanto, o empreendedor não pôde formalizar o processo de licenciamento ambiental, conforme disposto no parágrafo 3ª, Artigo 17 do Decreto Estadual 47383/2018. Diante do exposto, nota-se que o empreendedor deu início a regularização do empreendimento, no entanto a formalização do processo de licenciamento no prazo estabelecido tornou-se prejudicada, até então, pela não conclusão da análise dos processos de outorga e DAIA.

CONSIDERANDO que, em consulta ao sítio eletrônico da ANM, verificou-se que o empreendimento AREAL MIX LTDA. – ME é o titular dos direitos minerários ANM 832.755/2012 e 831.531/2018;

CONSIDERANDO as previsões contidas no artigo 16, § 9º, da Lei Estadual nº 7.772/1980, bem como no artigo 106, § 11, da Lei Estadual nº 20.922/2013, de acordo com o disposto nos





artigos 32, § 1º; 37, § 1º; e 106, § 1º, todos do Decreto Estadual nº 47.383/2018 e suas alterações;

CONSIDERANDO que a equipe técnica da SUPRAM/LM entende viável a assinatura de TAC, mediante condições e prazos, com o fim de viabilizar a continuidade da operação do empreendimento (MEMO Nº 008/2020-SUPRAM-LM, de 06/03/2020):

**AREAL MIX LTDA. - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.178.222/0001-27 e Inscrição Estadual nº 002254254.00-47, localizada na Fazenda Pitangueiras, s/n, zona rural do Município de Ferros/MG, CEP: 35800-000, neste ato representada pelos sócios administradores **JOSÉ ADION CARVALHO ANDRADE**,

**SILVA**,

e **EMERSON LEITE**

, sendo o último administrador, senhor **EMERSON LEITE SILVA**, neste ato representado pelo procurador **RENATO CARVALHO SILVA**,

doravante denominada simplesmente “**EMPRESA**”; com fulcro no Art. 32 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 e suas alterações, firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**, título executivo extrajudicial, conforme Art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347 de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo Art. 113 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 c/c Art. 784, incisos II/III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), Lei Federal nº 12.651/2012 e suas alterações posteriores, Lei Federal nº 9.605/98 e seu Decreto regulador nº 6.514/2008, Lei Estadual nº 20.922/2013 e demais legislações pertinentes, perante o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Edifício Minas, em Belo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 00.957404/0001-78, neste ato representada pela Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro, a **Sra. GESIANE LIMA E SILVA**, brasileira, servidora pública, MASP: 1354357-4, com endereço em Governador Valadares/MG, doravante denominada “**SUPRAM/LM**”, com sede na Rua Oito, nº 146, Ilha dos Araújos, Governador Valadares/MG, CEP: 35020-700, se obrigando ao cumprimento do presente termo, sob pena das cominações legais, fazendo-o mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos de funcionamento da atividade exercida pela EMPRESA até a sua regularização ambiental, conforme previsão do artigo 16, § 9º, da Lei Estadual 7.772/1980, bem como do artigo 106, § 11, da Lei Estadual 20.922/2013, de acordo com o disposto nos artigos 32, § 1º; 37, § 1º; e 106, § 1º, todos do Decreto Estadual 47.383/2018, observado o cronograma de execução constante da CLÁUSULA SEGUNDA.





### PARÁGRAFO ÚNICO:

O presente instrumento possui caráter estritamente ambiental e não isenta o empreendedor de obter junto a outros órgãos as licenças e autorizações próprias para o exercício de sua atividade.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO AJUSTADO

Pelo presente, a **EMPRESA** se compromete perante SUPRAM/LM a executar as medidas e condicionantes técnicas em relação à atividade potencialmente degradadora e poluidora que exerce, de modo a cessar, corrigir ou mitigar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, observando rigorosamente o cronograma a seguir estabelecido, de acordo com o MEMO N° 008/2020-SUPRAM-LM, de 06/03/2020:

**CONDICIONANTE 01:** Apresentar relatório técnico/fotográfico (com fotos datadas) que comprove a estabilização das margens do rio Santo Antônio, eliminando os processos erosivos e a movimentação de massa de solo.

**PRAZO:** 90 (trinta) dias, a contar da assinatura do TAC.

**CONDICIONANTE 02:** Apresentar relatório técnico/fotográfico (com fotos datadas) que comprove a estabilização dos taludes marginais das estradas situadas na área do empreendimento.

**PRAZO:** 90 (trinta) dias, a contar da assinatura do TAC.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS

Nos limites permitidos para a operação do empreendimento a que se refere a CLÁUSULA SEGUNDA e, observado o estrito cumprimento do TAC estabelecido, a EMPRESA se obriga, ainda, a cumprir as seguintes condições:

1. Não sofrer qualquer autuação, durante a vigência do TAC, com penalidades definitivas, aplicadas por descumprimento da legislação ambiental e/ou florestal e de recursos hídricos, na vigência do presente termo;
2. Não modificar ou descaracterizar nenhum dos itens estabelecidos pelo Órgão Ambiental, sem prévia autorização do Órgão;
3. Não dar início a nenhuma ampliação ou modificação do empreendimento sem consulta prévia ao Órgão Ambiental;
4. Atender às informações solicitadas pelos técnicos da SEMAD;
5. Não paralisar o andamento no processo de obtenção de Licenciamento Ambiental por prazo superior a 60 (sessenta) dias.

### CLÁUSULA QUARTA – DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela EMPRESA neste termo de ajustamento implicará, de forma isolada ou cumulativamente, nas seguintes consequências:





1. Suspensão total e imediata de suas atividades;
2. Multa correspondente ao valor de 18.090,00 UFEMGS;
3. Encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A multa prevista no *caput* será aplicada de forma gradual, conforme quadro a seguir:

|   |  |   |
|---|--|---|
| 1 | Descumprimento ou cumprimento intempestivo de condições, seus prazos e periodicidade, estabelecidas no TAC, salvo no caso previsto no item 4 deste quadro.   | 100% do estipulado na Cláusula Penal  |
| 2 | Descumprimento da obrigação de formalização de qualquer processo de regularização ambiental  | 100% do estipulado na cláusula penal  |
| 3 | Cumprimento intempestivo de obrigação de formalização de processo de regularização ambiental   | Multa diária correspondente a 2% do valor previsto na cláusula penal por dia de atraso, limitada a 100% do valor estabelecido no TAC. |
| 4 | Cumprimento intempestivo de obrigação de apresentar ao protocolo da SUPRAM LM comprovação de cumprimento de condição cujos prazos e periodicidades estabelecidas podem ser atestadas a qualquer tempo. | Multa correspondente a 5% do valor previsto na cláusula penal para cada protocolo intempestivo.                                       |

#### PARÁGRAFO SEGUNDO:

A eventual inobservância pela EMPRESA de qualquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente TERMO, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma tipificada no Art. 393 do Código Civil Brasileiro, não constituirá descumprimento do presente, devendo, contudo, ser imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM-LM, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, a critério do órgão ambiental e mediante comunicação via ofício, até a obtenção da licença.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO JUDICIAL

A inexecução total ou parcial do presente TAC implica a sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa ao Órgão Jurídico competente do Estado de Minas Gerais, para a execução judicial das obrigações dele decorrentes, como **TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL**, na forma do disposto pelo Art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo Art. 113 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, e Art. 784, incisos II/III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS

Todos os documentos referidos neste Termo de Ajustamento de Conduta, depois de rubricados pela EMPRESA e pela SUPRAM-LM, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro – SUPRAM/LM

### CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o foro da comarca de Ferros/MG para dirimir as questões decorrentes do presente TERMO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.  
Assim, justos e acordados, as partes assinam este Termo em **03 (três) vias de igual teor**, na presença das testemunhas abaixo, que a tudo assistiram e que também o subscrevem, para todos os efeitos de Direito.

Governador Valadares, 06 de março de 2020.

Gesiane Lima e Silva  
Superintendente Regional de  
Meio Ambiente  
SUPRAM-LM/SEMAD-MG  
Masp 1.354.357-4

**GESIANE LIMA E SILVA**  
SUPERINTENDENTE REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO  
MASP nº 1354357-4

*Renato Carvalho Silva*

**EMERSON LEITE SILVA**

(Sócio Administrador)

AREAL MIX LTDA. - ME

CPF nº [REDACTED] / CNPJ nº 19.178.222/0001-27

Procurador: RENATO CARVALHO SILVA

CPF: [REDACTED]

*José Adion Carvalho Andrade*

**JOSÉ ADION CARVALHO ANDRADE**

(Sócio Administrador)

AREAL MIX LTDA. - ME

CPF nº [REDACTED] / CNPJ nº 19.178.222/0001-27

### TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: